

OS SOBADOS DE KISAMA

ORIGENS, GEOGRAFIA E ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA (SÉCULO XVIII)

Flávia Maria de Carvalho  

Universidade Federal de Alagoas

No século XVII, os territórios ocupados pelos chamados sobados de Kisama se localizavam ao sul do rio Kwanza, ao Norte do rio Longa, a Oeste do oceano Atlântico e a Leste de terras que chegavam a Cambambe.¹ O termo sobado é utilizado para caracterizar unidades políticas locais governadas por chefias independentes chamadas *sobas*. Os *sobas* de Kisama, que protagonizam a presente pesquisa, exerciam poder sobre seus territórios e seus ocupantes, e apesar de manter sua autonomia, eventualmente se uniam por interesses em comum. Kisama era então a reunião desses sobados independentes. Alguns desses *sobas* se tornaram mais influentes, como o *soba* Kafuxi Kambare, cujo título esteve associado à principal liderança militar de Kisama, e que se destaca nas fontes e na bibliografia consultada na presente pesquisa² ora como um “rebelde”, ora como um “inimigo” da Coroa Portuguesa, ora como uma liderança “independente”.³

1 Outras grafias que se referem à Kisama: Kissama, Quissama, Quisama, Quiçama.

2 As principais fontes utilizadas na presente pesquisa são três relatos produzidos por militares que serviram em Angola a serviço da Coroa portuguesa: Antonio Cadornega, no século XVII, Elias Alexandre da Silva Corrêa, no século XVIII, e José Joaquim Lopes de Lima e Luiz da Mota Feo, no século XIX, e os escritos do missionário Giovanni Cavazzi de Montecuccolo. Antonio Oliveira de Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas: 1639-1678*, vol. 1, 2 e 3, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1972. Elias Alexandre da Silva Corrêa, *História de Angola*, vol. 1, 2 e 3, Lisboa: Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo, 1937. José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental; na Ásia occidental; na China, e na Oceania: escriptos...*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1844. Giovanni Cavazzi de Montecuccolo, *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Matamba e Angola*, Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1965.

3 Os trabalhos de Crislayne Alfagali sobre Kafuxi Kambare, grafados por ela como Kafuxi Ambari, são referências para os estudos sobre este título político e sobre a sua

A versão mais difundida pela historiografia é a de que a população que deu origem aos sobados de Kisama tem suas origens associadas às migrações de grupos de origem lunda que teriam deixado a região do planalto de Katanga – leste do Ngongo –, e rumado em direção ao sul do rio Kwanza, liderados por um personagem intitulado como Kinguri, por volta do século XV.⁴ As interpretações sobre os processos de migração de grupos que formaram a população de Kisama estão pautadas em um debate sobre o título *kinguri*, e sobre as consequências geradas pela interferência de povos luba nas estruturas de poder político dos lundas.

O livro de David Birmingham, *Alianças e conflitos os primórdios da ocupação estrangeira em Angola 1483-1790*, publicado originalmente em inglês no ano de 1966 com o título *Trade and conflict in Angola. The mbundu and neighbours under the influence of the portuguese (1483-1790)*, é um dos livros que analisa a origem da sociedade de Kisama. O trabalho descreve as migrações lundas e suas ligações com os imbangala, caracterizando os povos de Kisama como herdeiros dessas tradições.⁵

perpetuação e relevância nas memórias e histórias sobre a Kisama. Alfagali afirma que: “Kafuxi Ambari é um título vitalício e guarda a história dos líderes que ao ocuparem a posição de titular “soba Kafuxi Ambari” como atores ativos, fizeram escolhas baseadas nos seus deveres e obrigações, inclusive espirituais, negociaram com seus dependentes e outras autoridades africanas e europeias, e, assim definiram o rumo de suas organizações políticas. O resultado desse jogo complexo de forças foi a perpetuação desse título por séculos”. Crislayne Alfagali, “Kafuxi Ambari: a trajetória de um título político” in Matheus Serva Pereira; Sílvia Almeida Carvalho Filho; Washington Nascimento, *Pegadas no rio, sombras no tempo. Biografias, histórias de vida e trajetórias africanas* (São Paulo: Selo Negro, 2024), pp. 65-90. Conferir também Crislayne Alfagali, “Kafuxi Ambari of Kisama”, in *Oxford Research Encyclopedia of African History*, [🔗](#).

- 4 David Birmingham, *Alianças e conflitos. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*, Luanda: Arquivo Histórico de Angola / Ministério da Cultura, 2004. Sobre os debates historiográficos sobre as relações entre lundas e imbangalas, ver: Beatrix Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola” *The Journal of African History*, vol. 13, n.º 3, 1972, pp. 407-418, [🔗](#). Cito aqui Adriano Parreira, que dá quatro definições para o termo *kinguri*: 1) título lunda; 2) grupo lunda que migrou para Oeste depois da chegada dos luba em seus domínios; 3) figura etiológica lunda, irmão de Lweji; 4) o mesmo que imbangala. Adriano Parreira, *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola. Séculos XV – XVIII*, Lisboa: Editorial Stampa, 1990, p. 59. Utilizamos aqui como título político lunda.
- 5 Birmingham, *Alianças e conflitos*, p. 6. De acordo com Beatrix Heintze, os imbangala correspondem a um grupo que tem origem lunda, que assim como os lundas, portavam o título político *Kinguri*, e que por vezes foi chamado de *jagas* por autores de fontes

Birmingham concorda com as interpretações que defendem que os deslocamentos populacionais tiveram origem no contexto da invasão promovida pelos luba aos territórios então ocupados pelos lundas, após o descontentamento de Kinguri em relação ao casamento de sua irmã Lueji com Ilunga (de origem luba).⁶ Kinguri teria passado a simbolizar o líder lunda que teria se recusado a aceitar a interferência luba em seus domínios. Entre os grupos migrantes estariam os imbangala que migraram para os territórios de *Ngola*. De acordo com essa narrativa, a dinastia luba teria se estabelecido no antigo território da Luabala em finais do século XV.⁷

O artigo de Jan Vansina *It's never happened: Kinguri's exodus and its consequences*, publicado em 1998, é uma referência sobre o tema.⁸ Partindo do confronto entre fontes orais e escritas, Vansina percorre caminhos sobre as interpretações sobre a migração de Kinguri, e também sobre o papel ocupado por esse episódio no conjunto das tradições de diferentes povos da África Centro-Occidental. Vansina contestou a explicação considerada por Birmingham, que até então era a mais difundida sobre o motivo que teria levado Kinguri a deixar a Lunda. Esse revisionismo surgiu quando estudiosos levantaram a questão de que esse relato seria um acréscimo aos relatos tradicionais mais antigos, e que essa explicação foi empregada como referência na elaboração de uma cronologia histórica de povos de várias regiões centro-africanas. Vansina aponta para a necessidade de se rever a

dos séculos XVII e XVIII. Por adotarem modos de vida baseados no nomadismo, na prática de guerras e saques foram muitas vezes chamados jagas, sendo que os jagas não compõem um grupo que partilha princípios de ancestralidade em comum, mas sim hábitos que ditam a configuração de sua organização político-econômica e cultural. Beatrix Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, Luanda: Kilombelombe, 2007.

- 6 De acordo com Birmingham, uma reorganização política dos lundas baseada no parentesco teria levado a conflitos internos, a partir da determinação do casamento de Lueji, uma nobre lunda, com Kibinda Ilunga nobre luba. Birmingham, *Alianças e conflitos*, p. 30.
- 7 De acordo com Selma Pantoja, o povo luba tem suas origens localizadas nas regiões da bacia do Luabala. Selma Pantoja, *Nzinga Mbandi. Mulher, Guerra e Escravidão*, Brasília: Thesaurus, 2000, p. 67. Joseph Miller, *Poder político e parentesco. Os antigos Estados Mbundu em Angola*, Luanda: Arquivo Histórico Nacional/Ministério da Cultura, 1995, p. 61, p. 119, p. 124.
- 8 Jan Vansina, "It never happened: Kinguri's exodus and its consequences", *History in Africa*, n. 28 (1998), pp. 387-403; [DOI](#).

dimensão e o papel fundamental da presença de princípios políticos lundas em diferentes sociedades. De acordo com o autor, fatores “autóctones” devem ser também considerados e citados nos processos de organização de formas centralizadas de governo nas regiões que hoje fazem parte de Angola.⁹

John Thornton também contestou a narrativa do êxodo de Kinguri como algo primordial nos processos de formação de governos centralizados nos atuais territórios de Angola. Em artigo intitulado *The Chronology and Causes of Lunda Expansion to the West, 1700-1852*, Thornton considera que o início da “expansão lunda” teria ocorrido por volta de 1700, contestando a cronologia apresentada por David Birmingham.¹⁰

Além da interpretação desses estudiosos, existem outras pesquisas que contribuíram para a atualização dos debates historiográficos sobre Kinguri. Por exemplo, o trabalho de Joseph Miller *Poder Político e Parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola*, publicado originalmente em inglês em *Kings and Kinsmen. Early Mbundu states in Angola*, inicia sua análise reproduzindo a versão que confere poder de destaque a Kinguri como protagonista responsável pelos processos de centralização política na região de Kisama. A versão diz que Kinguri era filho de Yala Mwaku, soberano da lunda. A irmã de Kinguri chamada Lueji teria se casado com Cibinda Ilunga, de origem luba, o que teria provocado um conflito com Kinguri. O casamento, mesmo com o apoio do líder lunda Yala Mwaku, representou o rompimento desses títulos políticos que contribuíram

9 “*The Kinguri exodus story had the effect of implying that the steamroller of lunda political civilization had in essence created the political structures everywhere else in the whole area. But once the veil is lifted, one realizes that the older traditions refer to several older political centers rather than to a single one, and point to a situation in which autochthonous elements played major roles*”. A narrativa sobre o êxodo Kinguri considera o papel de destaque ocupado pela civilização lunda na criação de estruturas políticas em regiões ao redor de seu território. Mas percebe-se também que tradições mais antigas tem relação também com a organização de outros centros políticos, o que aponta para a importância de elementos autóctones nesses processos.. Vansina, “It’s never happened”, pp. 402-403.

10 John K. Thornton, “The Chronology and Causes of Lunda Expansion to the West, c. 1700-1852”, *Zambia Journal of History* (1981), pp. 1-13.

na formação de Kisama:¹¹ “O casamento de Cibinda Ilunga e Lueji iniciou um novo estágio no desenvolvimento de instituições políticas na Lunda. Uniu a autoridade política dos luba (representada como masculina) com as linhagens detentoras do título *Lueji* (representado como feminino)”.¹²

Miller considera esse contexto de ruptura entre títulos lundas como uma consequência de “uma mudança de um sistema político não hierarquizado, chefiado pelo Yala Mwaku, para um Estado mais centralizado chefiado por representantes da posição *Lueji*”, levando a migração de Kinguri para o sul do Kwanza. A posterior morte de Yala Mwaku representa a transição de uma estabilidade política centralizada nesse título para um período de rupturas entre os lundas e a dispersão de parte da linhagem.¹³ De acordo com essa análise, o processo de organização dos sobados de Kisama tem relação com divergências entre linhagens lundas após a incorporação de novos princípios de organização política no centro do poder lunda.

O trabalho de David Gordon, *Kingdoms of South-Central Africa: Sources, Historiography, and History*, apresenta um debate recente sobre a relação entre a migração do título *kinguri* e os processos de centralização de “reinos” da África Centro-Occidental. O autor analisa as complexas relações de poder de grupos como lundas e lubas com a proposta de ampliar os debates sobre a formação desses sistemas políticos emergentes, citando a necessidade de compreensão do que ele chama de construções imaginadas (*imaginative constructions*). Gordon questiona as motivações dessas transformações nas estruturas de poder centro-africanas e também o contexto histórico em que essas narrativas foram elaboradas e utilizadas nas pesquisas baseadas na oralidade.¹⁴

11 “A “morte” do Yala Mwaku, na linguagem dos episódios narrativos, não se refere ao assassinio da pessoa que detém o título, embora isto possa ter ocorrido uma ou mais vezes. A “morte” de uma posição numa genealogia constituída por títulos permanentes com designação própria significa que seus inimigos lhe destruíram as insígnias de autoridade e, ritualmente, o eliminaram da estrutura política à qual tinha pertencido”, Miller, *Poder político e parentesco*, p. 123.

12 Miller, *Poder político e parentesco*, p. 126.

13 Miller, *Poder político e parentesco*, pp. 122-123.

14 Gordon trás para o debate a dificuldade na periodização dos processos ao afirmar que a parte da historiografia africanista se empenhou em descrever sistemas políticos

Tanto Joseph Miller quanto David Gordon problematizaram a relação entre o papel dos mitos na elaboração de tradições históricas. Para Miller, a fundação de reinos ao sul do rio Kwanza esteve relacionada com a migração de títulos políticos, não necessariamente vinculados a um indivíduo, podendo ser a representação do poder de uma linhagem através de símbolos e representações transmitidas dentro de lógicas de parentesco.¹⁵ Gordon ampliou o debate questionando se os personagens que portavam os títulos políticos eram indivíduos históricos ou mitos.¹⁶

A historiadora Aurora da Fonseca Ferreira publicou em 2012 o livro *A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX*, obra de referência em nosso estudo sobre os sobados da região. Partindo da perspectiva da longa duração, a autora analisa as práticas de resistência da população de Kisama desde o século XVI até a formação de movimentos nacionalistas do

complexos em resposta às interpretações racistas que defendiam que a presença de estrangeiros foi o fator responsável por tornar as sociedades africanas mais complexas em termos de estruturas políticas. De acordo com Gordon essa motivação pode ter sido responsável por antecipar as datas de fundação de alguns “reinos”. Outro exemplo apontado pelo autor é o uso de narrativas obtidas através de testemunhos orais que não foram elaboradas para serem compartilhadas com membros externos do grupo, além de que muitos desses estudiosos não têm condições de compreender a complexidade dessas informações, por não fazerem parte do grupo. O autor traz um importante debate sobre narrativas sobre as gêneses de reinos e a forma com que esse passado foi construído e como vem sendo utilizado nos período colonial e pós-colonial. O trabalho atualiza o debate sobre a relação entre título e personificação de lideranças das realidades centro-africanas. Relaciona também como relatos do século XIX precisam ser problematizados em seus contextos de invasões coloniais e posteriores períodos de independência e buscas e disputas por legitimidade política. David Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa: Sources, Historiography, and History”. *Oxford Research Encyclopedia of African History*, pp. 31-32, .

15 Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”. Miller, *Poder político e parentesco*, p. 8.1 Miller analisa tradições imbagalas e fontes produzidas por agentes da colonização, confrontando diferentes tipologias de fontes. Para a lista de fontes escritas consultadas conferir o capítulo V “O problema da formação do Estado entre linhagens segmentares a Leste mbundu”, pp. 112-148.

16 “Os personagens da narrativa eram indivíduos históricos reais ou idealizações míticas? Mesmo que existissem como indivíduos, eram claramente o produto de uma vibrante imaginação cultural que os investiu com qualidades idealizadas e míticas.” [“Were the characters in the narrative actual historical individuals or mythical idealizations? Even if they existed as individuals, they are clearly the product of a vibrant cultural imagination that invested them with idealized and mythical qualities”]: Gordon, “Kingdoms of South-Central Africa”, p. 7.

século XX, nos contextos das lutas anticoloniais. O trabalho está baseado em diferentes tipologias documentais e apresenta o protagonismo das chefias de Kisama, e sua atitude multissecular de contestação da presença e da interferência dos portugueses em seus territórios.¹⁷ Ferreira apresenta elementos sobre o que ela define como “migrações antigas”, que teriam sido protagonizadas por grupos como os !Kung.¹⁸ A historiadora também indica a participação de grupos imbangala na formação da sociedade da Kisama, esclarecendo como elementos da cosmogonia Imbagala podem ter facilitado a fixação desse grupo na região.¹⁹ Um exemplo dessa aproximação foi atribuído ao simbolismo das penas de pavão. De acordo com Ferreira:

As penas de “pavão” eram utilizadas como símbolos de realeza e os imbangala, seguindo o exemplo de um dos seus chefes Kinguri (de origem lunda), utilizavam-nas no século XVII. Outros reis da África Central utilizavam esses mesmos símbolos. Hoje em dia, os lundas, cokwe, minungo, yaka, tyo, Ovimbundu e Kuba ainda o fazem.²⁰

A relação entre o título *kinguri* e os imbangalas é analisada por Beatrix Heintze. De acordo com a autora, a apropriação do título *kinguri* pelos lundas aconteceu somente no século XIX: “Nem os testemunhos oculares mais antigos, provenientes de um tempo anterior ao seu

17 Aurora da Fonseca Ferreira. *A Kisama em Angola do século XVI ao início do século XX. Autonomia, ocupação e resistência*, Luanda: Ed. Kilombelombe, 2012.

18 Os !Kunds fazem parte do grupo etnolinguístico khoisan, habitantes de regiões da África Austral. Paulino Luís Mussili & Leonardo Tuyenikumwe, “Os khoisan de Angola perante os desafios do panorama actual: a integração sócio-político e económico dos povos kwedi e !kung (khoisan) do Cunene”, *Njinga e Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, vol. 2 (2022), p. 626, 

19 Ferreira, *A Kisama em Angola*, v. I, p. 124.

20 Aurora Ferreira cita a análise de Joseph Miller apresentada em *Poder Político e Parentesco* (p. 255) para aprofundar o estudo sobre a relação das penas de pavão às cosmogonias mbundu e Imbangala. “Entre esses povos que utilizavam penas parecidas com as dos pavões, Miller nota que segundo Enright, havia na Lunda duas espécies de pássaros (*Corythaix schaloui* e *Musophaga cossae*) que eram chamados *ndwa*. As penas vermelhas ou violetas, provinham segundo Miller, do pássaro *ndwa* que era para os mbundu símbolo do sobrenatural (por associação ao sangue, devido à cor vermelha das suas asas contendo pigmentos que, postos em água com amónio correm como sangue; aliás, o sangue que sai do nariz de um cadáver é chamado *ndwa*), ligando a cosmogonia mbundu ao sangue”. Ferreira, *A Kisama em Angola*, v. I, p. 124.

estabelecimento e à fundação do seu Estado na Baixa de Cassanje, nem os primeiros registros das tradições orais revelavam qualquer ligação [do título *Kinguri*] à África Central e muito menos aos lundas”. De acordo com Heintze, *Kinguri*, inicialmente um título imbangala, foi incorporado pelos lundas em meio a um processo histórico influenciado pela intensa ligação entre os dois grupos: “Só a partir do século XIX é que se reconheceu uma ligação entre este antepassado Kinguri e os rund/lundas, com os seus poderosos temidos e admirados, os *Mwant Yaw*, na África Central”.²¹

Em relação ao motivo da dissidência que teria provocado a migração de Kinguri, Heintze apresenta uma outra versão baseada em um relato do militar Antônio Rodrigues Neves de 1850-1851:

De acordo com esse relato um Quinguri-Quiabanguela teria vivido em Nhama, perto do Mwant Yaw, onde seu pai era chefe. Apesar de ser o legítimo sucessor do seu pai, a sua irmã mais velha Manhungo conseguiu impedir sua sucessão, em favor do Mwant Yaw, chefe da matrilinhagem. Por isso, Quinguri partiu com seus macotas para os domínios de Cahunze que ainda residia em território lunda.²²

Para Heintze, o fortalecimento e a manutenção das relações comerciais entre imbangalas e lundas foi responsável por um tipo de fusão entre narrativas sobre suas origens e sobre as origens de seus centros políticos.²³

21 Heintze, *A África Centro-Occidental no século XIX (c. 1850-1890). Intercâmbio com o mundo exterior, apropriação, exploração e documentação*, Luanda: Ed. Kilombelombe, 2013, pp. 114, 123.

22 Heintze, *A África Centro-Occidental*, p. 124.

23 De acordo com a pesquisa de Beatrix Heintze, somente após a fusão das tradições imbagala e lunda foi que Kinguri passou a ser considerado um irmão de Lueji (mãe ancestral) dinástica dos rund/lundas. Uma desavença entre os irmãos, acerca dos direitos de sucessão relativos à chefia do Estado lunda levou segundo esta versão à migração Quinguri. Heintze, *A África Centro-Occidental*, p. 130. Vansina considera que a expansão lunda tem relação direta com o tráfico de escravizados. Vansina, “Its never happened”, p. 403.

Figura 1: Kisama em Angola



Fonte: Mapa publicado na obra de Aurora da Fonseca Ferreira, em 2012, p. 95.

Grupos de fugitivos também migraram para as regiões ao sul do rio Kwanza passando a compor, junto com migrantes lundas, a sociedade de Kisama.²⁴ Segundo Aurora Ferreira:

Para além das migrações longínquas, a Kisama foi, desde a instalação dos portugueses em 1575 e durante todo o tempo do tráfico de escravos, uma região de refúgio para escravos em fuga mas, por vezes, também para homens livres, em grupo ou individualmente. Estas fugas estão identificadas desde, pelo menos, o século XVII.²⁵

O processo de organização política de Kisama esteve também relacionado ao avanço militar português nas regiões, à ampliação das fronteiras

24 Ferreira, *A Kisama em Angola*, v. I, p. 137. Jessica Krug em seu trabalho também relaciona diretamente a formação de Kisama ao deslocamento de diferentes grupos de fugitivos, cujas características influenciaram de forma significativa em sua postura de resistência frente às tentativas de dominação estrangeira. Jessica Krug, *Fugitive Modernities. Kisama and the Politics of Freedom*, Durham: Duke University Press, 2018.

25 Ferreira, *A Kisama em Angola*, v. I, p. 137.

onde se negociavam escravizados e às fugas de indivíduos das redes de captação do tráfico atlântico, como foi apontado por Birmingham:

A população da Kisama era uma mistura de mbundu que fugiram das guerras dos Portugueses, escravos de várias nacionalidades fugidos de Luanda e descendentes dos antigos invasores imbangala do século XVI. Porque era refúgio dos escravos fugidos de Luanda e se situava ao longo da rota do comércio do Kwanza, os Portugueses desejavam ardentemente subjugá-la.²⁶

A partir do século XVII, à medida em que a demanda por escravos no mercado atlântico crescia, os europeus avançaram rumo ao interior com objetivo de comprar mais cativos. Esse processo foi responsável pelo aumento de guerras e por colocar em situação de vulnerabilidade a população do interior que vivia nesses novos territórios alvo dos comerciantes.²⁷

26 Birmingham, *Alianças e Conflitos*, p. 161.

27 Joseph Miller analisa as transformações ocorridas em diferentes sociedades africanas em decorrência do crescimento do mercado de escravizados. Joseph Miller *Way of Death. Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade. 1730-1830*, Madison: The University of Wisconsin Press, 1988. pp. 142-153. Paul Lovejoy analisa os processos de transformação de “sociedades com escravos” para “sociedades escravistas” e as consequências dessas mudanças nos padrões de violência e nos sistemas punitivos. “Enquanto guerras e violências similares eram responsáveis pela maior parte dos povos recém-escravizados na história, procedimentos judiciais e religiosos eram responsáveis por alguns episódios de escravização. A escravidão era uma forma de punição judicial, principalmente para crimes como assassinato, roubo, adultério e bruxaria. Os métodos pelos quais os criminosos suspeitos eram escravizados variavam bastante, e muitas vezes eles eram vendidos para fora de suas comunidades. Não obstante, essa forma de escravização estava mais uma vez estribada na violência, apesar de legítima aos olhos da sociedade em questão.” Paul Lovejoy, *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 32-32. Roquinaldo Ferreira acrescenta: “Estudiosos consideram que a chamada fronteira da escravidão de Angola se moveu consistentemente para leste o longo do século XVIII, e que a maioria dos escravizados que foram enviados para a América veio de áreas fora da influência portuguesa. Atividades de sertanejos e pumbeiros afetaram profundamente a condição de vassalos portugueses que viviam na região” [“scholars have assumed that the so-called slaving frontier of Angola consistently moved eastward throughout the eighteenth century and that the most of the africans enslaved and shipped to the american came from areas outside portuguese influence, [...] sertanejo and pumbeiro opportunistic network deeply affected african vassals who lived in region under portuguese influence as well”]; Roquinaldo Ferreira, *Cross-Cultural. Exchange in the Atlantic World. Angola and Brazil during The Era of Slave Trade*, New York: Cambridge University Press, 2012, p. 87.

Os sobados de Kisama localizavam-se em áreas estratégicas para as dinâmicas comerciais que utilizavam o curso do rio Kwanza. Esse rio foi de extrema importância para os projetos de interiorização elaborados (e que deveriam ser executados) pelos funcionários da Coroa Portuguesa, que pretendiam ampliar seus poderes ao mesmo tempo em que expandiam as fronteiras de captação de escravizados e de circulação de diversas mercadorias em domínios de *sobas* da região. O curso do rio Kwanza foi o referencial geográfico utilizado pelos conquistadores lusos para a construção de fortalezas, presídios e feiras que serviram como sedes do poder metropolitano nos territórios da África Centro-Occidental. Massangano, Muxima, Cambambe e Encoge foram bases estratégicas para o comércio e para o estabelecimento de um projeto de dominação político sobre as chefias do interior.²⁸ Apesar dessa intenção, os capitães-mores responsáveis pela administração desses núcleos populacionais, na prática, tinham seus poderes limitados pelos interesses e pelos feitos dos *sobas*.²⁹ Vale ressaltar também que os feitos desses militares estiveram em diferentes momentos condicionados a uma série de interesses particulares, inclusive de práticas comerciais.³⁰

Descrições de conflitos e batalhas que aconteceram ao redor dessas fortalezas evidenciam a fragilidade da ocupação da Coroa portuguesa, e a força dos poderes dos *sobas* em territórios do interior do Ndongo e nos territórios da Kisama.³¹ Em 1594, João Furtado de Mendonça assumiu o cargo

28 Flávia Maria de Carvalho, *Sobas e Homens do Rei. Relações de poder e escravidão em Angola. Séculos XVII e XVIII*, Maceió: EdUFAL, 2015, p. 37.

29 Carlos Couto, *Os capitães mores em Angola no século XVIII. Subsídio para a História de sua atuação*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

30 “De fato, a monarquia portuguesa tentou de toda forma restringir o comércio no sertão, mas não conseguiu evitar que continuasse a ser praticado por homens de negócio, muitos deles, capitães-mores, acusados de todos os abusos. Os capitães-mores eram, nos seus domínios, diretamente responsáveis pela ordem, mas, por razões de conveniência, realizavam suas atividades em benefício próprio”. Ariane Carvalho, “Guerras nos sertões de Angola: sobas, guerra preta e escravização (1749-1797)”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020, p. 49, .

31 Os portugueses definiam como Ndongo os territórios que eram ocupados por grupos chamados mbundu. Hoje em dia, os mbundu se dividem entre os mbundu do Norte

de “governador e capitão-general de Angola”, função que ocupou até o ano de 1602. A posse de Mendonça ocorreu após uma relevante vitória de tropas lideradas pelo *soba* de Kisama chamado Kafuxi Kambare. A motivação das tropas aliadas aos conquistadores foi a expectativa de bloquear os caminhos utilizados pelos kisamas para chegar nas minas de sal da região, acreditando que dessa forma eles se renderiam e aceitariam a vassalagem imposta pelos funcionários da Coroa. O plano lusitano não só fracassou, como teve como consequência uma grande derrota dos exércitos portugueses.³²

A obra *História Geral das Guerras Angolanas* escrita pelo militar Antonio de Oliveira Cadornega, que foi concluída em Luanda no ano de 1681 e aprovada em Lisboa pelo Santo Ofício no ano de 1683, é uma das fontes utilizadas na presente pesquisa.³³ No século XX o texto foi editado e impresso em três edições: em 1902, em 1942 e em 1972, no formato de três volumes.³⁴ Os relatos que compõem a obra de Cadornega tratam da organização política do Ndongo e das elites locais, descrevendo alianças e conflitos da África Centro-Occidental, informações sobre grupos que formavam as sociedades, aspectos culturais e descrições dos feitos da Coroa Portuguesa. Sua obra oferece detalhes sobre conflitos envolvendo as tropas portuguesas no século XVII e nela se identifica a dificuldade que os representantes da Coroa tinham em avassalar as chefias de Kisama. Cadornega

(ambundu) e mbundu do Sul (ovimbundu), mas essa terminologia não era usada na época. Os mbundu do Norte ocuparam um território que se estendia entre os rios Kwanza, Lukala e Bengo. Segundo Adriano Parreira, mbundu é um grupo étnico e linguístico do Centro-Norte de Angola, cuja diáspora se estendeu pelas regiões do Lenguê, Songo, Mbondo, Ndongo, Pende, Hungu e Libolo. Parreira, *Dicionário Glossográfico e Toponímico da documentação sobre Angola*, p. 73

32 Carvalho, *Sobas e Homens do rei*, p. 113.

33 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*.

34 A tese de doutorado de Priscila Weber analisa os históricos dos manuscritos, das versões e dos textos de Antonio Oliveira de Cadornega, através de uma rica investigação sobre características da escrita do militar e interpretações sobre as “Angolas” descritas na obra. Priscila Maria Weber, “Angola” como conceito: uma análise da obra “História Geral das Guerras Angolana de Oliveira de Cadornega (século XVII)”, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, [Z](#).

escreveu sobre a dificuldade enfrentada pelos conquistadores estrangeiros em suas tentativas de controlar as rotas e o comércio de sal nesta região:

Tem também o trato do sal da Demba que é de muita consequência para todos os vassallos destes reinos, que o mandam resgatar a gente dos portugueses com os Quissamas, e eles com o senhorio da Demba, sem darem passagem livre para que os escravos e forros dos brancos o lá vão comprar, fazendo disto como sua aduana, resgatando com o senhor da Demba, e seus vassallos, pelos mais baixos gêneros que lhes levam, ficando eles com o melhor, de modo que uns e outros comem por suas mãos por serem dois dias de travessia pela Quissama dentro para a Demba; e não pode lá ninguém passar contra sua vantagem.³⁵

A fonte evidencia que as rotas comerciais que ligavam Kisama até a Ndemba eram controladas pelas chefias locais, que não permitiam a intromissão de mercadores estrangeiros em seus negócios. Tanto o deslocamento quanto o comércio do sal realizado em Muxima eram protagonizados por agentes locais de Kisama e da Ndemba. O domínio português sobre territórios que margeavam o Kwanza permitiria dominar a região e garantir o trânsito seguro para as caravanas de comércio não só no Kwanza, mas entre Luanda e Benguela.

O militar Elias Alexandre da Silva Corrêa, que escreveu um importante relato sobre a presença portuguesa nos territórios que vieram a ser chamados de Angola entre os séculos XVI a XVIII, também descreve as resistências dos *sobas* de Kisama em vários trechos de sua *História de Angola*.³⁶

35 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, v. III, pp. 97-98. Trecho citado também em Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 151.

36 Elias Alexandre da Silva Corrêa viveu e serviu em Luanda entre os anos de 1782 e 1789/1790. Corrêa, *História de Angola*, v. 3, p. 212. A fonte é dividida em três volumes: o primeiro apresenta descrições de locais, informações sobre a administração portuguesa, da vida religiosa em Angola; o segundo e o terceiro narram feitos das conquistas lusitanas desde os primeiros contatos com os mbundu até a última década do século XVIII. O manuscrito permaneceu inédito até o ano de 1937, quando foi publicado pela primeira vez em Lisboa, como parte da Coleção *Clássicos da Expansão Portuguesa no Mundo*. O militar fez uma retrospectiva dos feitos dos governadores portugueses de Angola e suas conquistas. A tese de Ingrid Silva de Oliveira analisa a produção de textos escritos por militares sobre Angola, e sua relação com a administração portuguesa, no que diz respeito à elaboração de diretrizes para projetos políticos e econômicos na região. Ingrid Silva de Oliveira, "Textos militares numa Angola

O episódio da vitória de Kafuxi Kambare é narrado pelo militar, que afirma que o *soba* utilizou esconderijos e armadilhas chamadas de “barrocas”, que teriam sido utilizadas pelas tropas de Kisama em suas estratégias de ataque e defesa.³⁷ A vitória do chefe kisama evidenciou a boa organização dos exércitos locais e o desconhecimento da geografia da região por parte dos invasores.³⁸ Corrêa comentou sobre habitantes de Kisama em diferentes trechos de sua obra. Nas palavras do militar, Kisama era uma: “Província povoada de negros corpulentos, fortes e ousados [...] Nação inconquistável pelo terreno, audaciosos por costumes, e de ladrões por gentio, foi, e será talvez sempre grilhão desta conquista [...] cometem latrocínios sem susto e arrastam perigos com constância”.³⁹

Corrêa, ao se referir a Kisama como “província” ou como “nação”, sugere que a região fazia parte dos territórios conquistados pelos portugueses e, por não aceitar as imposições dos funcionários da Coroa, era, conseqüentemente, chamada de “rebelde”, quando na realidade eram sobados autônomos. A fonte indica a intenção de descrever e apresentar Kisama como parte de uma área conquistada pelos portugueses, servindo como elemento para a caracterização de uma conquista portuguesa na África Centro-Occidental muito mais extensa do que de fato foi.⁴⁰

Ao analisar o deslocamento das tropas enviadas pela Coroa lusitana, o militar mostra que Kisama foi um obstáculo para as investidas

que se pretendia “reformada”: um estudo de caso dos autores Elias Alexandre da Silva Correia e Paulo Martins Pinheiro de Lacerda”, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015, [↗](#).

37 Magnus Roberto de Mello Pereira & Ana Lúcia Rocha Barbalho da Cruz, *Elias Alexandre da Silva Correia. Um militar brasileiro em Angola*, Curitiba: Editora UFPR, p. 21.

38 Corrêa, *História de Angola*, v. 2, p. 212.

39 Corrêa, *História de Angola*, v. 1, pp. 200; 323.

40 Em finais do século XVIII a região de Cassange também era mencionada nas fontes portuguesas como parte de seus domínios, mas analisando a documentação é possível afirmar que o controle da feira, incluindo a taxaão de preços e a circulação dos mercadores, era determinada pelo então *jaga*. Flávia Maria de Carvalho, “Uma saga no sertão africano: o jaga de Cassange e a diplomacia comercial portuguesa no final do século XVIII” in Denise Demetrio; Ítalo Santirocchi & Roberto Guedes (orgs.), *Doze capítulos sobre escravizar gente e governar escravos. Brasil e Angola – séculos XVII - XIX* (Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2017), pp. 227-251.

dos conquistadores, e pontua também as fragilidades dos acordos de paz assinados junto aos *sobas* da região.⁴¹ A localização geográfica dos sobados de Kisama foi um elemento que favoreceu deslocamentos populacionais, fato que por sua vez contribuiu na formação de uma sociedade com uma composição étnica heterogênea. O encontro entre diferentes povos foi responsável pela criação de um novo grupo, que se reinventou e estabeleceu princípios políticos de organização e elementos identitários particulares.⁴²

A convivência entre migrantes que povoaram Kisama levou à formação de um novo grupo étnico organizado em torno de um poder político descentralizado, que buscava uma alternativa de vida ao sul do rio Kwanza. Os acontecimentos descritos pelos militares Antonio de Oliveira Cadornega e Elias Alexandre da Silva Corrêa indicam que nenhum desses planos portugueses se concretizaram.⁴³

O “Catálogo dos Governadores Portugueses em Angola”, publicado em 1826 pela então Academia Real das Ciências de Lisboa, se refere à vitória de Kafuxi Kambare como uma “desgraça” para os projetos da Coroa portuguesa.⁴⁴ O trecho onde são descritos a chegada e os primeiros feitos do governador João Furtado de Mendonça mostram as ações de resistências do *soba* de Kisama, e também as dificuldades que os portugueses enfrentaram para se deslocar até a região em mais uma tentativa de estabelecer o controle nos territórios ao sul do Kwanza, desta vez pelo caminho que passava pelos territórios do Bengo:

41 Carvalho, “Uma saga no sertão africano”, pp. 250-251.

42 Krug, *Fugitive Modernities*. Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart, *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, São Paulo: Editora Unesp, 1998.

43 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*. Corrêa, *História de Angola*.

44 O *Catálogo dos governadores do reino de Angola* associa o conceito de “bom governo” às campanhas militares portuguesas. Descreve cronologicamente os governos lusos estabelecidos em Luanda desde Paulo Dias de Novais até finais do século XVIII. “Catálogo dos governadores de Angola com uma prévia notícia dos princípios da sua conquista e do que nela obraram governadores dignos de memória: Catálogo dos governadores do reino de Angola” in *Coleção de notícias para a História das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhe são vizinhas*, tomo III, parte II (Lisboa: Tip. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1826), p. 354.

Achou o governador a terra consternadíssima pela desgraça sucedida em Cafuche; e dando as providências, que o tempo permitia, se preparou para ir ao sertão, em que experimentou fortíssimos descômodos, porque saindo em março, que é a estação mais nociva do país e fazendo marcha pelo Bengo, clima em todo tempo pestífero, junto com as muitas chuvas que houve no mesmo ano, tudo isso veio a causar tal epidemia no soldado, que no Bengo⁴⁵ morreram mais de duzentos, e o governador chegou a tão perigoso estado que o conduziram a cidade onde esteve sete meses doente.⁴⁶

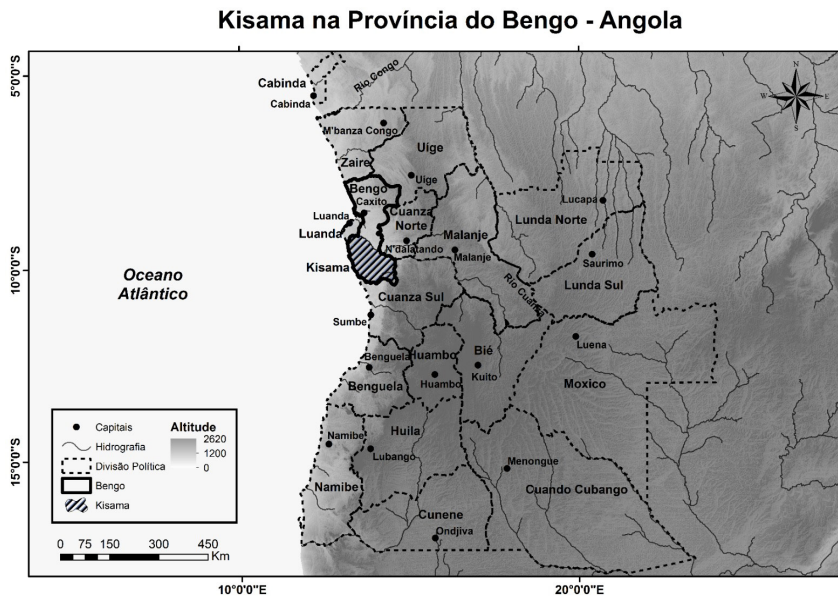
Os projetos de conquista executados pelos portugueses pretendiam estabelecer o controle das vias terrestres que ligavam Luanda e Benguela. Esse domínio ligaria os dois principais portos das conquistas da Coroa na África Centro-Occidental facilitando o abastecimento, o comércio e a comunicação entre os responsáveis pela administração lusitana. Os sobados de Bengo e de Kisama se localizavam nesse caminho, e avassalar esses *sobas* seria necessário para garantir a segurança dos pumbeiros, dos missionários, e demais personagens que ocupavam cargos no governo sediado em Luanda.⁴⁷

45 De acordo com Adriano Parreira: “1 – Bengo – região banhada pelo rio do mesmo nome. Tinha por fronteiras os rios Bengo e Kwanza, o Museke e a Kisama. No Bengo praticava-se a agropecuária, a fruticultura e o trato das palmeiras. 2 – Rio Bengo. Foi a melhor fonte de fornecimento de água para Luanda. A sua importância era de tal maneira, que os holandeses chegaram a projetar a construção de uma fortaleza junto ao rio para assegurar a provisão do precioso líquido”. Parreira, *Dicionário Glossográfico e Toponímico*, p. 127.

46 “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, p. 354.

47 As cerimônias de avassalamento foram utilizadas pelos portugueses para formalizar as vitórias e os acordos firmados com os *sobas* que ocupavam os atuais territórios de Angola. Na prática, eram assinados “termos” e “autos” de avassalamento onde as lideranças locais assumiam o compromisso de fornecer um determinado número de escravizados, ou gêneros variados cobrados como tributos, além de se prestar aliança militar em caso de batalhas e garantir a segurança de comerciantes que negociassem em nome dos interesses régios de Portugal. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVIII*, pp. 387-472; Carvalho, *Sobas e Homens do Rei*, pp. 82-102.

Figura 2: Localização de Kisama na província do Bengo (séculos XVI-XIX).



Fonte: CartogrÁfrica. Mapa original publicado no livro *Em Torno de Angola: narrativas, identidades e as conexões atlânticas*, orgs. Selma Pantoja e Estevam Thompson (Brasília: Intermeios, 2014), p. 145.

Em 1844, seguindo o caráter de exaltação dos feitos da colonização – típico dos textos produzidos por agentes da administração portuguesa no período, foi publicada a obra *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África ocidental e oriental; na Ásia ocidental; na China e na Oceania*, de autoria do militar José Joaquim Lopes de Lima. O conteúdo da fonte segue descrevendo a região da Kisama e os comportamentos de seus habitantes de forma pejorativa, inclusive responsabilizando fatores climáticos por determinadas reações de resistência frente às tentativas de dominação portuguesa:

aquela longa charneca chamada Quissama, é como já disse, destituída de mananciais, e águas correntias, e mesmo salobres as não há: a água que bebem aqueles bárbaros é a da chuva conservada nas tocas [...]

O interior da Quissama é uma vasta charneca, aonde planícies áridas e colinas peladas anunciam à vista a ausência de fontes e ribeiras que deem substância a um terreno resequido pelos raios abrasadores do sol dos trópicos em uma região aonde as chuvas não são abundantes; e por isso aquele povo de um maldito país ou vive da guerra, e do latrocínio, ou se ocupa em extrair pedras de sal das suas minas de Addenda (ou Demba).⁴⁸

Ao comparar os adjetivos utilizados pelos dois autores para se referir aos kissamas, é possível identificar como cada militar percebeu a relação dos *sobas* com a Coroa. Em 1777, Corrêa utilizou os termos “agueridos”, “valentes” e “insultantes”, o que indica que na sua concepção o comportamento esperado pelos portugueses era a subordinação, não um enfrentamento,⁴⁹ dando a entender que Kisama fazia parte das conquistas lusitanas na África Centro-Occidental. Lopes de Lima, por sua vez, já demonstrava, em 1844, a percepção de Kisama não mais como rebelde, mas sim como “ruim povo da Quissama”, “independentes quissamas”, “feroces e traiçoeiros quissamas”, “incômodos e vagabundos” e “quissamas selvagens”.⁵⁰ O intervalo de tempo e as tentativas frustradas de conquistar a região influenciou no vocabulário desses relatos através do próprio pragmatismo da colonização.

A expectativa dos conquistadores de encontrar e explorar metais preciosos fomentou a ilusão e a idealização da existência de minas de prata em Ndemba. O controle da extração do sal-gema seria uma fonte de riqueza para os portugueses, ao mesmo tempo que sua perda poderia enfraquecer o poder dos *sobas*. As fontes analisadas na presente pesquisa descrevem episódios e trajetórias desses chefes locais.

48 Lima, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África occidental e oriental*, pp. 55, 195.

49 Corrêa, *História de Angola*, v. 1, p. 299

50 Lima, *Ensaio sobre a estatística das possessões portuguesas na África occidental e oriental*: “ruim povo da Quissama”, p. 13; “independentes quissamas”, p. 41; “feroces e traiçoeiros quissamas”, p. 140; “incômodos e vagabundos”, p. 145; “quissamas selvagens”, p. 13. Sobre a região utiliza: “inquieta Quissama”, p. 148; “terras mal seguras da Quissama”, p. 13.

A documentação analisada defende e justifica as conquistas portuguesas, supervalorizando seus atos e ampliando as dimensões de seus avanços. Ela amplia, assim, um ideário sobre suas conquistas centro-africanas, contribuindo para a construção da imagem de uma “Angola portuguesa” muito mais extensa e poderosa do que de fato foi. Ao classificar os *sobas* de Kisama como “rebeldes”, eles pressupunham uma obediência que seria cobrada de súditos avassalados, ao contrário do que seria esperado de poderes independentes que resistiram às investidas militares. Em contraposição às narrativas dessas fontes, este artigo destaca o protagonismo dos *sobas* de Kisama e os situa como defensores dos interesses locais e de seus domínios, não como insubordinados, mas antes como chefias que se mantiveram relativamente autônomas.⁵¹

Os *sobas* da Kisama foram protagonistas de alianças e de conflitos travados com autoridades políticas, tanto do Ndongo quanto dos representantes da administração lusitana. Na busca pela manutenção de sua autonomia política, e pelo controle da extração de seus recursos naturais, os *kisamas* decidiam quem transitava por suas terras e quem estava autorizado a negociar na região.⁵²

51 Seguindo a metodologia proposta pela historiadora Beatrix Heintze, os relatos devem ser confrontados com outras fontes da história de Angola, de modo a evitar uma valorização desmedida dos feitos portugueses. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, pp. 23-132.

52 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”. A pesquisa de Beatrix Heintze foi fundamental para a investigação que deu origem a este artigo. A historiadora esclarece questões essenciais para as análises aqui apresentadas, como aquelas relativas à utilização dos títulos políticos e também à ação dos *sobas* de Kisama. A historiadora cita obras como *Die Kisama*, de Mattenklodet (1929) e *Populações indígenas de Angola* (1918) de F. Deniz, sinalizando a necessidade do aprofundamento das questões aí colocadas. Indica possibilidades de utilização de fontes portuguesas para a abordar os *sobas* como agentes históricos indispensáveis à abordagem da história de Kisama. Contextualiza Kisama em um cenário de transformações acrescidas da intervenção de portugueses, holandeses e ingleses.

Hierarquias sobrepostas: relações de poder em Kisama

No século XVI, os sobados de Kisama estavam subordinados ao reino do Ndongo (governado pelo soberano com o título de *Ngola*) e indiretamente (ou simbolicamente) ao reino do Congo (na figura e no título político do *manicongo*).⁵³ Em meados do século XVI, o Ndongo se tornou independente do Congo, e o rio Dande foi considerado a fronteira entre o Congo e o Ndongo. Com essa reconfiguração dos vínculos e das relações de poder, Kisama passou então a ficar submetida e a pagar tributo diretamente para o *Ngola*, sem o posterior envio de parte desses impostos para o *manicongo*. Além de chefe político, o poder do *ngola* era associado ao campo do sobrenatural e entre suas responsabilidades estava proteger e defender de invasores as linhagens submetidas à sua autoridade e garantir a regularidade das chuvas.⁵⁴

53 O Ndongo era então considerado uma província sob autoridade do *manicongo*. A origem do reino do Ndongo, por sua vez, é explicada por Jan Vansina com base nos processos migratórios dos povos bantos, em sua maior parte mbundu, que deixaram os territórios de Shaba em direção ao leste do continente africano entre os anos 1000 e 1500, considerando também outras migrações provocadas por guerras em contextos posteriores a este recorte cronológico. Jan Vansina, *Paths in the Rainforests. Toward a History of Political Tradition in Equatorial Africa*, Madison: Wisconsin University Press, 1990. Para Joseph Miller, a formação do Ndongo deve ser compreendida pelo processo de fortalecimento e do reconhecimento de instituições e símbolos de poder que foram difundidos por essas linhagens. Miller, *Poder político e parentesco*.

54 De acordo com a análise de Joseph Miller, a figura do *ngola* era um importante símbolo de poder relacionado a um princípio abstrato associado a um emblema de ferro, o que associava os mbundu aos ferreiros: “A autoridade, que se baseava na capacidade de invocar a aprovação sobrenatural, não era inerente aos humanos, mas sim aos símbolos de autoridade associados aos títulos” [...] “Quando uma linhagem mbundu recebia um *ngola*, nomeava para ele um guardião, na crença de que, tal como os seus outros símbolos de autoridade, aquele lhe dava acesso a especiais forças espirituais úteis na regulação dos assuntos dos homens”. Sobre as insígnias de poder: “O princípio de autoridade que forneceu maior flexibilidade a maioria dos mbundu veio com a difusão de pequenos pedaços de ferro conhecidos por *jingola*. Esta insígnia chegou até os mbundu muito mais recentemente do que o *lunga* e ainda é venerada pela maioria das linhagens como seu símbolo fundamental”, Miller, *Poder político e parentesco*, pp. 52, 63. Sobre o poder do *ngola* em promover as chuvas: “Segundo a tradição oral dos mbundu o Ngola tinha poderes sobre a chuva e fertilidade dos campos, e deveria manter a segurança dos seus territórios”. Selma Pantoja, “Njinga

Durante os séculos XVI e XVII, com maior ou menor lealdade, os *sobas* de Kisama reconheceram a autoridade do *ngola* e o princípio de organização política baseada no parentesco. Esse modelo integrava diferentes grupos através da constituição de alianças que eram traduzidas em hierarquias baseadas no reconhecimento de uma autoridade em comum, pagamento de tributos e ajuda militar contra inimigos em comum. O reconhecimento da autoridade do *ngola* era demonstrado pelo pagamento de tributo em forma de sal-gema, principal recurso natural da região, extraído em grande parte das minas de Ndemba.⁵⁵

A situação política do Congo, fragilizado pela chamada “invasão Jaga” de 1568,⁵⁶ dificultou significativamente a presença dos portugueses. Deslocar os negócios para o sul era uma alternativa mais segura e mais vantajosa. O interesse pelo Ndongo motivou a investigação do potencial econômico dos territórios de Kisama. Paralelamente, houve uma convergência entre as diretrizes da política mercantil portuguesa e o projeto de conversão da Igreja Católica, parceira dos portugueses que instaurou o sistema de amos. Essa prática de dominação foi implementada pela Coroa portuguesa com o objetivo de estabelecer contatos com os *sobas* através do envio dos padres missionários jesuítas. Estes “soldados de Cristo”, como eram chamados, ficariam responsáveis pela conversão, batismo, catequese e evangelização dos chefes mbundu, ao mesmo tempo em que passaram a mediar negócios com mercadores portugueses e luso-africanos.⁵⁷

a Mbandi: discutindo gênero, poder e guerra no século XVII em Angola”, *Revista Científica do ISCED*. Huíla, Lubango, v. 2, n. 2 (2021), pp. 81-97.

55 Flávia Maria de Carvalho, “The Kisama sobados in West Central Africa, 16th and 17th Centuries” in *Oxford Research Encyclopedias. African History*, DOI.

56 José Rivair de Macedo, “Jagas, Canibalismo e ‘Guerra Preta’: os Mbangalas, entre o mito europeu e as realidades sociais da África Central do século XVII”, *História*, v. 32, n. 1 (2013), p. 53-78 DOI. John K. Thornton, *The Kingdom of Kongo: Civil War and Transition. 1641-1718*, Madison: University of Wisconsin Press, 1993. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*.

57 Marina de Mello e Souza, *Além do Visível. Poder, Catolicismo e Comércio no Congo e em Angola. (Séculos XVI e XVII)*, São Paulo: Edusp, 2018, pp. 91-95. Phillip Hoffman, “Christian missionaries, slavery, and the slave trade. The Third Order of Saint Francis in Eighteenth Century”, *African Economic History*, n. 51 (2023), pp. 65-92. DOI.

No final do século XVI, os interesses dos portugueses se deslocaram para o Ndongo, que então dominava os territórios de Ilamba, Musseque e Kisama.⁵⁸

Os portugueses estavam interessados em escapar do controle do Ngola e negociar diretamente com os *sobas* a ele subordinados. Não queriam repetir a experiência do Congo, que havia ficado limitado à intermediação do *manicongo*.⁵⁹ Apesar da submissão ao Ndongo, as lideranças de Kisama mantiveram expressiva autonomia. Com o fortalecimento do poder dos *sobas* de Kisama já na primeira década do século XVII, chefes desse território romperam com o Ndongo.⁶⁰ Assim, ao longo do século XVII, a maioria dos *sobas* de Kisama rompeu progressivamente com o poder centralizado na figura do *ngola*.

O rompimento desse vínculo de subordinação foi uma das consequências do fortalecimento das autoridades de Kisama decorrente do crescimento de suas redes comerciais, com destaque para o sal-gema, e a eficiência de sua defesa contra as investidas portuguesas. Outro ponto de insatisfação foi a pouca representatividade das lideranças de Kassanje junto a linhagem Ngola-a-Kilwanji. Após romperem com o Ndongo, os *sobas* se tornaram chefia independentes que reconheciam Kafuxi como liderança militar comum.⁶¹

O cenário das relações de poder estabelecidas entre lideranças do Congo e do Ndongo sofreu interferência da atuação dos portugueses, tanto em suas dinâmicas políticas quanto econômicas. O estabelecimento de alianças, assim como os conflitos travados entre esses grupos, modificou

58 Carvalho, *Sobas e homens do rei*, p. 69-71.

59 O Congo ocupou o lugar de principal alvo das conquistas portuguesas na África Centro-Occidental até finais do século XVI, contexto em que a demanda por escravos cresceu no mercado atlântico fomentada, entre outros fatores, pelo crescimento da produção de açúcar nas ilhas de São Tomé. Luiz Felipe de Alencastro, *O Trato dos Videntes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 63-76.

60 Segundo Adriano Parreira: “Durante o século XVII a maioria desses titulares romperam efetivamente com os Ngola-a-Kilwanji tornando-se politicamente independentes, podendo deste modo controlar as genealogias e adaptá-las aos seus objetivos”. Adriano Parreira, *Economia e sociedade em Angola. Na época da rainha Jinga. Século XVII*, Lisboa: Editorial Estampa, 1997, p. 177.

61 Parreira, *Economia e sociedade em Angola*, p. 177.

hierarquias e vínculos estabelecidos entre os *manis* e os *ngolas* – e, consequentemente, entre os *sobas* e demais personagens que formavam complexas redes de cargos e funções entre os grupos da África Centro-Occidental. O conceito de hierarquias sobrepostas significa que, muitas vezes, ocorreram sobreposições de autoridade, instabilidades nos governos e quebras de acordos entre funcionários da Coroa, comerciantes, missionários, traficantes de escravizados, militares e lideranças locais da região.⁶²

Os sobas de Kisama: independentes politicamente e militarmente centralizados

Entre os povos mbundu, os títulos que conferiam poder aos chefes passavam de geração em geração. Em Kisama, como em todo o Ndongo, o título de chefia derivava do fundador do reino que o transmitia a seus sucessores, fazendo com que o título de um *soba* se repetisse.⁶³

Em sua obra, Giovanni Cavazzi de Montecuccolo explica que um deles residia em Cambambe (provavelmente Kakulo Kia Kimone). O segundo portava o título de *kafuxi* e residia a “três dias de viagem de Massangano”. O terceiro (provavelmente Kimone Kia Songa) residia a duas jornadas da costa e em situações de guerra dependia do Kafuxi Kambare. Esses são títulos que designam as principais lideranças no período entre

62 O conceito de hierarquias sobrepostas foi utilizado pela primeira vez em um estudo sobre as relações comerciais e diplomáticas estabelecidas pelos funcionários da Coroa portuguesa e o então *jaga* de Cassange Dom Paschoal. O principal fundamento do conceito é o de que em regiões das chamadas “conquistas portuguesas”, esse poder não era constante e nem exercido de forma plena, estando muitas vezes nas mãos dos chefes locais. As relações de poder em sobreposição se referem à essas camadas de autoridade que estavam em negociação, em conflito e por vezes agindo de forma concomitante nas jurisdições dos capitães-mores, dos *sobas* e dos vários comerciantes que transitavam pelos espaços dos presídios, fortificações e feiras. Carvalho, “Uma saga no sertão africano”, pp. 232-238.

63 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 408. A historiadora aponta que essa repetição do título de soberano de Kisama pode dificultar a delimitação dos reinados individuais.

dos domínios do *soba* que exercia poder em Muxima.⁶⁵ Os portugueses registaram uma vitória sobre Kimone Kia Songa em 1581.⁶⁶ Esse chefe mantinha relações próximas com Ngola-a-Kilwanji, então soberano do Ndongo. Casou-se com uma de suas filhas e ocupou o posto de conselheiro. Em seguida, se aproximou dos portugueses, recebeu o título de “capitão-mor da gente da terra” e foi batizado, tendo como padrinho o governador Paulo Dias de Novais.⁶⁷ A aproximação durou pouco. Em junho de 1593, as tropas portuguesas atravessaram o Kwanza e atacaram Songa e avançaram até as minas de sal, garantindo um controle temporário da região.⁶⁸ O relacionamento cordial chegou ao fim quando o novo *soba*, Kimone Kia Songa, dificultou a navegação no rio Kwanza, condição que se manteve nos séculos seguintes.⁶⁹

Os *sobas* de Kisama mantinham redes de aliados, como por exemplo a relação entre Kimone Kia Songa e o *soba* Nambiu (que em meados do século XVII mantinha seus domínios ao redor da foz do rio Kwanza). Entre suas atividades destacavam-se a prestação de serviços de navegação, a agricultura e a caça.⁷⁰ Os nambiu reconheciam a autoridade do chefe Songa

65 Na obra de Cadornega, a grafia empregada é “Quimona Casonga”: “A entrada deste esteiro está da banda da província da Quissama, o porto e o outeiro a que chamam de Songa, por o senhor dele ter por apelido Quimona Casonga, sova poderoso, e de senhorio dilatado que como se tem dito começa desde a barra deste rio Coamza até o sova Muchima, com que tem suas demarcações e suas desavenças”. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo III, p. 72.

66 “Derrota do soba Songa da Kissama, sogro de Ngola Kilwangi”. Adriano Parreira. *Breve cronologia da História de Angola*, p. 30.

67 Paulo Dias de Novais foi para os territórios do Ndongo pela primeira vez no ano de 1560 acompanhado pelos padres da Companhia de Jesus. Tinha como principal objetivo avaliar potenciais econômicos que pudessem ser vantajosos para a Coroa Portuguesa. Foi feito prisioneiro por grupos locais, sendo libertado em 1565 após negociar ajuda militar contra os inimigos do então *ngola*. Regressou a Portugal e posteriormente foi nomeado como governador e donatário após a instituição do sistema de capitanias, quando foi encarregado de “conquistar o reino de Angola”. Birmingham, *Alianças e conflitos*, pp. 50-56.

68 Birmingham, *Alianças e conflitos*, p. 74.

69 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, pp. 407-418.

70 Segundo Beatrix Heintze, Cadornega se referiu a esse grupo como “negros monambios”. Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, pp. 407-418.

em troca de alianças militares e parcerias comerciais.⁷¹ Essas relações se baseavam no conceito de vassalagem empregado pelos portugueses.⁷² Entre outros *sobas* “vassalos” de Quimona Casonga estavam os *sobas* Mueni Sungi Munambi, Calunga Caquiteli, Cacova e Camuanga.⁷³ Essas configurações de redes envolvendo reconhecimento de autoridade, cobrança de impostos e cooperação militar fundamentaram várias modalidades de hierarquias, que por vezes se sobrepunham, entre diferentes grupos na África Centro-Occidental entre os séculos XVI e XIX.

A disputa em torno do controle da extração do sal entre Portugal e os *sobas* de Kisama gerou muitas batalhas e algumas vitórias para os chefes locais, ainda que temporárias. Foi o que ocorreu quando o governador português João Fernandes assumiu o cargo entre 1658 e 1661, perdendo as minas de Ndemba para Kakulo Kia Kimone. Controlar as minas de sal era uma estratégia dos conquistadores para enfraquecer o Ndongo e garantir mais vantagens econômicas sobre o comércio do sal. Kakulo Kia Kimone (ou Kakulo Kakimone Kasonga) tinha papel de destaque, pois as minas de sal da região de Ndemba ficavam em seus domínios, na direção da Muxima.⁷⁴ Cadornega informa que o *soba* contava com auxílio de jagas contra os portugueses.⁷⁵ Depois de tomar Songa, os portugueses seguiram para Ndemba, onde em 1594 ergueram um fortim.⁷⁶ Derrotar os *sobas* de Kisama foi fundamental para a ampliação do território português que, em seu conjunto, recebeu o nome de Angola.

71 Jan Vansina, *How societies are born: governance in West Central Africa: Governance in West Central Africa before 1600*, Charlottesville: University of Virginia Press, 2004, p. 31.

72 Os portugueses adotaram a prática dos “avassalamentos” para formalizar a dominação sobre as chefias locais com que mantiveram contato na África Centro-Occidental. Derivada das práticas de undamento, que por sua vez eram ritos que marcavam o reconhecimento de autoridade e sucessão de títulos entre os grupos locais. Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, pp. 387-436. Carvalho, *Sobas e homens do rei*, pp. 82-88.

73 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, p. 248.

74 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 410.

75 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, tomo III, p. 166.

76 Alberto da Costa e Silva, *A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Biblioteca Nacional, 2002, p. 415.

Kafuxi Kambare é descrito como o *soba* de Kisama a quem os demais chefes solicitavam ajuda militar.⁷⁷ De acordo com uma tradição narrada por Beatrix Heintze, por volta de 1580, Kafuxi Kambare teria deixado a região de Barraca e Zenza do Itombe, desviando do avanço português, que nesse momento se concentrava também na construção do forte de Massangano.⁷⁸ Esse relato reforça a tese de que os *sobas* de Kisama estabeleceram resistências à conquista portuguesa desde o século XVI, constituindo uma duradoura tradição de oposição e enfrentamento aos conquistadores lusos. Para Cadornega, Kafuxi Kambare era como o “rei desta província”, com poder reconhecido por sua superioridade militar e por sua disponibilidade de prestar auxílio aos demais chefes da região. A caracterização de Kisama como província, tanto por Cadornega quanto por Corrêa, indica uma condição de submissão à administração portuguesa e a inclusão de seus territórios nos limites geográficos da conquista lusitana, o que na prática não ocorria. Kisama não foi uma província do “reino de Angola” português. Para se configurar como província, seria necessária a conquista dos *sobas* da região, o que não aconteceu no período estudado por esta pesquisa.

Apesar de seu poder, o então *ngola* teria se recusado a dar ao *soba* um cargo em seu séquito, que raramente incluía chefes do sul.⁷⁹ Apesar de ser reconhecido e legitimado como importante liderança em regiões

77 Também grifado como Kafushe Kambare, Kafuxi Kambare, Cafuche Cambare, Kafuxe Kambare, Cafuchi Cambare. Optamos por utilizar a grafia Kafuxi Kambare.

78 “*But it is very likely that he entered the country earlier, because in 1588 the Portuguese were encamped in his territory, which to all appearances was situated in Kisama already, and supported him against one of his enemies*” [“Mas é muito provável que ele tenha entrado no país antes, já que em 1588 os portugueses estavam acampados em seu território, indicando que ele já estava em Kisama e que recebeu apoio contra um de seus inimigos”]: Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, pp. 412-413. Heintze considera que a chegada de Kafuxi Kambare pode ter acontecido antes, isso porque existem relatos de que este *soba* e militares portugueses lutaram juntos contra um inimigo em comum, no ano de 1588.

79 “Poderoso Cafuchi Cambari que tinha seus domínios situados no território “que corre pelas costas até o mar, dilatadas terras, o mais poderoso [...] “como rei desta província, depois dos reis de Angola”. Reconhecido como autoridade pelos demais sobas de Kissama”. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, tomo III, pp. 248-249.

localizadas ao sul do Kwanza, Kafuxi Kambare teve dificuldade de ocupar posições de poder além desses limites.

Figura 4: “Cafuchi da Quisama”, 1680



Fonte: publicado na obra de Cadornega, *História geral das guerras angolanas*, Tomo III, p. 107

O presídio de Cambambe foi construído em 1604 no primeiro governo de Manuel Cerveira Pereira (1603-1606), após a derrota de Kafuxi Kambare, ocorrida em 10 de agosto de 1603. De acordo com Corrêa, a campanha rumo às minas de Cambambe e o embate junto ao poderoso *soba* de Kisama foi uma das primeiras iniciativas do governador recém-empossado. Nas palavras do militar:

Apenas tomou posse em 1603, se dispôs para prosseguir o projeto de seu antecessor; mas a conquista destas minas ia desafiar o célebre Cafuxe no centro dos seus domínios, teatro sanguinário dos portugueses no governo de dom Jerônimo d’Almeida [...] Cerveira desejoso de decaparlhes a sua presunção tão nociva ao progresso da conquista, se pôs na

testa do Exército, e caminhou com firmeza de ânimo, e desembaraço de espírito a buscar o atrevido *soba*.⁸⁰

Essa vitória portuguesa resultou em um tratado de paz em troca da vassalagem do *soba*, com o compromisso do pagamento de tributo aos portugueses em forma de escravos. A vassalagem foi rompida, indicando a fragilidade dos acordos impostos pelos portugueses aos chefes locais.

Os portugueses não eram os únicos rivais de Kisama. Ainda no início do século XVII, um chefe jaga chamado Kalandula liderou seus guerreiros contra Kafuxi Kambare. A presença jaga desestabilizou as defesas locais aumentando a instabilidade. O termo *jaga* foi usado para caracterizar diferentes grupos que eram vistos como ameaças pelos portugueses, não se referindo necessariamente a um grupo específico. Os chefes de Kisama eram chamados de *jagas* nas fontes enquanto resistiam às alianças comerciais propostas pelos representantes dos interesses portugueses, e também quando recusavam a conversão ao Cristianismo. Quando os chefes aceitavam o sacramento do batismo, o termo *jaga* passava a ser substituído pelo termo *soba*. Mariana Candido informa que em 1694 um chefe de Kisama citado como *jaga* passou a ser citado como *soba* depois de ser batizado pelos portugueses. Esse exemplo ratifica o uso do termo *jaga* no vocabulário político português como genérico e pejorativo.⁸¹

80 Corrêa, *História de Angola*, v. 1, p. 219.

81 “Assim, parece que o uso do termo jaga em Benguela não se referia a um grupo específico, mas a pessoas vistas como uma ameaça, a inimigos dos portugueses, pessoas que resistiam a alianças comerciais e à conversão ao cristianismo. O governante de Kissama, por exemplo, foi repetidamente chamado de jaga na documentação portuguesa até que ele se tornasse sujeito ao poder português no final do século dezessete. Em 1694, o governante de Kissama declarou que queria aceitar a luz da igreja e o santo batismo” [“Thus it seems that use of the term jaga in Benguela did not refer to a specific group but to people seen as a threat, to enemies of the Portuguese, people who resisted commercial alliances and conversion to Christianity. The ruler of Kissama, for example, was repeatedly called jaga in Portuguese documentation until he was subject to Portuguese power at the end of seventeenth century. By 1694, the ruler of Kissama declared that he wanted to accept the light of the church and the holy baptism”]: Mariana Candido, *An African Slaving Port and the Atlantic World. Benguela and its Hinterland*, New York: Cambridge University Press, 2015, p. 61.

As fontes escritas por militares portugueses narram algumas de suas vitórias sobre Kafuxi Kambare, mas os fatos devem ser contextualizados. O *Catálogo dos Governadores de Angola* descreve diversas batalhas entre tropas que combatiam em nome da Coroa portuguesa e soldados comandados pelas lideranças de Kisama em diferentes períodos, sempre evidenciando a resistência dos *sobas* e de seus aliados ao domínio português em territórios ao sul do Kwanza.⁸² Entre os séculos XVII e XVIII, os *sobas* que portaram o título *kafuxi* derrotaram os portugueses várias vezes, fazendo com que a região se tornasse símbolo de resistência aos portugueses. Outros *sobas* de Kisama merecem ser citados. Katala Kasal, cujos territórios se localizavam entre Muxima e Massangano, foi responsável por bloquear rotas comerciais e realizar saques, com apoio do *soba* Gungo (Gungo a Mukambo). O *soba* Kimbabala, cujos territórios se estendiam do interior da Kisama até as proximidades do rio Mukongo, mandava sal para a rainha Nzinga, mostrando que a influência da soberana de Matamba chegava ao sul do rio Kwanza.⁸³ A relação entre Kimbabala e Nzinga é um exemplo do uso de alianças estabelecidas por lideranças centro-africanas com a finalidade de fortalecer e manter suas posições políticas e o controle de suas dinâmicas econômicas.

Para enfrentar as investidas portuguesas, os *sobas* do Kisama lutaram para manter sua autonomia fazendo do inimigo comum motivo para construir uma aliança política no interior de Kisama. A formação de uma “identidade kisama” foi pautada na união contra adversários que atacavam a região e na decisão de manter e defender a autonomia de seus sobados.

Sobre os *sobas* de Kisama, Lima escreveu: “mas sua obediência é sempre incerta, e a cada passo se rebelam fazendo causa comum com outros quissamas selvagens, contra os portugueses, a cuja proteção todavia

82 “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, 1826.

83 Cadornega listou os *sobas* que faziam parte da chamada província de Kisama no século XVII: Mueni Sungi Munambi, Calunga Caquiteli, Cacova, Camuanga, Muchima, Quizua, Gungo Amocambo, Catala Casala, Demba (Ndemba), Mulumba a Cambolo, Coma (jurisdição de Mulumba), Lunga Riandunga, Quiambambala, Capacasa, Lungi, Carindo, Cafuchi Cambari e Capacassa. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo III, pp. 248-249.

não deixa de socorrer quando se sentem avexados desses maus vizinhos”.⁸⁴ Desse modo, se defender contra os ataques dos portugueses passou a ser um projeto comum entre os *sobas* de Kissama, a ponto de garantir alianças e uma certa unidade estratégica, mesmo entre entidades políticas descentralizadas e independentes. Na prática isso acontecia através de articulações políticas pautadas nas definições sobre o que deveria ser tratado como prioridade entre as lideranças de Kisama no período.

Idealizações, projetos e frustrações: portugueses em Kisama

Os portugueses tinham motivações variadas, vinculadas aos interesses mercantis da Coroa, para o projeto de subjugação dos *sobas* de Kisama. Para tal, as riquezas locais foram mapeadas com a intenção de estabelecerem um plano de conquista, mas foram os equívocos e a necessidade constante de redefinir as metas por parte dos portugueses.⁸⁵ A esperança de encontrar e explorar prata e outros minérios fazia parte desse imaginário português, o que datava da chegada de Paulo Dias de Novais a Angola.⁸⁶

A atuação da Companhia de Jesus contribuiu para a compor as estratégias de dominação do Ndongo e dos povos vizinhos. Por meio do discurso de resgate e das tentativas de conversão, os padres exerceram grande influência junto aos funcionários portugueses, determinando muitas vezes a condução

84 Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas*, p. 13.

85 Alencastro, *O trato dos viventes*.

86 Paulo Dias de Novais chegou pela primeira vez nos territórios de Angola no ano de 1560 acompanhado dos padres missionários da Companhia de Jesus tendo como objetivo obter informações sobre os potenciais da região que poderiam ser úteis aos planos de conquista dos monarcas portugueses. Terminou preso, sendo libertado somente em 1565, após prometer ajuda militar contra os inimigos do então *ngola*, Kiluangi Kia Ndambi. Paulo Dias de Novais regressou a Portugal, até que em 1571 o então rei português Dom Sebastião o encarregou da tarefa de sujeitar e conquistar o “reino” de Angola através de uma carta régia que formalizou, na perspectiva portuguesa, o estatuto de capitania dos então territórios do Ndongo, chamada de Angola em função do título de seu principal soberano. Carvalho, *Sobas e homens do rei*, pp. 77-82.

da administração portuguesa nos territórios da África Centro-Occidental. O documento intitulado “Regimento de Dom Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro”, de 16 de fevereiro de 1520, contém descrições sobre as supostas riquezas da região que poderiam ser convertidas em vantagens econômicas para a Fazenda Real portuguesa.⁸⁷ A expectativa de fomentar a extração de metais impulsionou incursões sobre Kisama, que ficava no caminho para as idealizadas minas de prata de Cambambe, que nunca foram encontradas. Já o sal-gema foi uma das mais importantes riquezas naturais da Kisama, como dito anteriormente. Uma das principais reservas estava na região chamada Ndemba, nos domínios de Kakulo Kia Kimone.⁸⁸

Desiludidos com as minas de prata, os portugueses investiram no sal-gema para financiar as campanhas contra os *sobas* de Kisama. O sal-gema era um item importante do comércio local utilizado como moeda no Ndongo e áreas vizinhas. Controlar sua extração era lucrativo e enfraquecia o poder dos *sobas*. O sal-gema era usado como moeda pelos pumbeiros que percorriam o interior desde o Ndongo até os mercados de Matamba e Cassanje.⁸⁹

Os *sobas* que contestavam a presença portuguesa em Kisama não permitiam o trânsito de comerciantes lusos, luso-africanos e luso-brasileiros

87 De acordo com o *Regimento de Dom Manuel a Manuel Pacheco e Baltasar de Castro*, de 16 de fevereiro de 1520, o então soberano do Ndongo teria enviado aos portugueses alguns objetos de prata solicitando em troca o envio de padres para seus territórios. *Monumenta Missionária Africana. África Centro-Occidental. Coligida e anotada pelo padre Antônio Brásio* (v. I), documento 128, p. 431. Pantoja, Nzinga, p. 80.

88 A região das minas também apresenta as seguintes grafias nas fontes e na bibliografia consultada: Demba, Ademba.

89 “O sal mineral é outra grandíssima riqueza local daquela região, que se conserva em poder de bárbaros possuidores – no caminho que vai por terra de Angola a Novo Redondo – nas terras de Quissama – podendo ser nossa como já o foi; pois que a conquista desse país selvagem não seria hoje grandemente difícil. A posse das minas pagaria bem as despesas da expedição – poria na dependência dos portugueses as nações do interior que deste sal carecem – e facilitaria o trânsito terrestre entre Angola e Benguela, que hoje se faz com grandes riscos, por estar sempre a mal segura mercê dos ferozes quissamas, que por pouco cortados do nosso ferro se mostram sempre arrogantes e malévolos”. Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas*, p. 551.

em caminhos que levavam às minas.⁹⁰ As dificuldades encontradas pelos portugueses para negociar sal-gema na Kisama, levou os conquistadores a optar pelo investimento no sal marinho, mas o sal-gema continuou sendo o preferido dos povos locais.

Fontes dos séculos XVII, XVIII e XIX descrevem os *sobas* de Kisama como inimigos, que controlavam as minas, como obstáculos para os avanços das conquistas lusitanas.⁹¹ Os *sobas* mantiveram o controle das minas até o início do século XX, o que representava grande poder junto aos demais grupos da África Centro-Occidental e um obstáculo aos projetos coloniais portugueses.

Com a constatação de que as minas de prata não existiam e com a dificuldade no controle das minas e das rotas de Kisama, os portugueses redefiniram suas prioridades. Durante meados do século XVII, para além do sal-gema, a venda de pessoas escravizadas para o mercado atlântico passou a ocupar posição de destaque nas diretrizes econômicas da política colonial portuguesa em Angola. A mercantilização de corpos cativos tornou-se a principal e mais lucrativa atividade do comércio atlântico, o que faz com que estudos sobre as chamadas etapas africanas do trato sejam relevantes para a compreensão de atores, de dinâmicas e das várias formas de resistências locais.⁹² Nesse processo, os territórios de Kisama foram cenário de guerras que tinham como objetivo capturar e escravizar a população local.

90 “Ofício do govenador Nicolau d’Abreu Castelo-Branco, 16 maio 1828” in Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas*, p. 551. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo III, p. 166.

91 Em relação à fonte do século XVII, nos referimos aos relatos de Antonio de Oliveira Cadornega, *História das Guerras Angolanas*, e do missionário Cavazzi; do século XVIII a obra *História de Angola* de Elias Alexandre da Silva Corrêa, e do século XIX aos relatos de José Joaquim de Lima *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa occidental e oriental*, p. 505.

92 Para estatísticas do comércio de escravizados, consultar a base de dados do Transatlantic Slave Trade Database, [↗](#). Sobre a alta lucratividade do tráfico, ver: Fernando Antônio Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*, São Paulo: Hucitec, 1987. Sobre as dinâmicas do tráfico no Atlântico, ver: Manolo Florentino, *Em Costas Negras. Uma História do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993. Sobre as dinâmicas e as etapas anteriores ao embarque em Luanda, ver: Roquinaldo Ferreira, *Transforming Atlantic Slaving Trade, Warfare*

Os comerciantes financiados pelos portugueses que passaram a percorrer o interior viram na escravização um negócio promissor. O conceito de escravidão, pré-existente em sociedades africanas, foi redefinido e transformado em componente fundamental da nova política mercantil colonial de alta lucratividade voltada para o mercado atlântico.⁹³ Dominar Kisama seria fundamental para os comerciantes portugueses e luso-africanos terem acesso ao interior onde prisioneiros de guerra e toda sorte de pessoas eram vendidas aos comerciantes. Os percursos desses escravizados até os portos do litoral dependiam de rotas que só eram seguras para esses mercadores quando esses caminhos contavam com a proteção de tropas que agiam em nome da Coroa lusa. O ano de 1671 marcou o fim da autonomia política do Ndongo em relação aos administradores portugueses estabelecidos em Luanda. O então soberano, Ngola Ari, perdeu parte de seu poder em um contexto de aumento da pressão comercial e militar dos portugueses em direção aos sobados do interior.⁹⁴ Os conflitos próximos ao litoral motivaram migrações e fugas para sociedades do interior, onde os indivíduos recém-chegados comumente se alinhavam com os opositores dos portugueses.

A instabilidade geral em Kisama acabava por dificultar o comércio. Um exemplo dessa dificuldade foi a viagem do governador Manuel Cerveira Pereira no ano de 1616, cuja comitiva terrestre sofreu cinco ataques no trajeto entre Luanda e Benguela.⁹⁵ Com o passar do tempo, outras regiões com maior potencial para fornecimento de escravos foram identificadas e Kisama deixou de ser o principal alvo dos portugueses. Kisama permaneceu como foco de resistência impedindo a comunicação terrestre entre

and Territorial Control in Angola, 1650-1800, Los Angeles: University of California Press, 2003. John Thornton, *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2003.

93 Lovejoy, *A escravidão em África*, pp. 29-46.

94 Heintze, *Angola nos séculos XVI e XVII*, p. 229.

95 “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, p. 362. Para David Birmingham, a presença de tropas imbangala na região de Kisama e do Libolo pode ter sido uma das razões responsáveis pelo bloqueio das rotas terrestres entre Luanda e Benguela. Birmingham, *Alianças e conflitos*, p. 88.

Luanda e Benguela, forçando o comércio por via marítima.⁹⁶ O impedimento do contato por terra entre Luanda e Benguela abriu espaço para que Benguela fosse um porto atraente a todos que burlavam o controle português e para comerciar ao sul do Kwanza.⁹⁷

“Rebeldes” de Kisama ou “ferozes inimigos da Coroa”: trajetórias de resistência e manutenção de autonomias

As descrições dos *sobas* de Kisama como rebeldes e belicosos são frequentes nas fontes produzidas por portugueses, assim como descrições das incursões militares portuguesas (chamadas pelos invasores de “expedições punitivas”) que tinham como o objetivo de avassalar os *sobas* de Kisama.⁹⁸ Em 1580, período em que Paulo Dias de Novais conduzia os interesses dos portugueses na África Centro-Occidental, os *sobas* de Kisama organizaram uma ação que teve como objetivo impedir a passagem de uma expedição portuguesa no curso do rio Kwanza. Esse impasse estimulou recorrentes investidas e invasões dos conquistadores na região, que resultaram em avassalamentos dos *sobas*, e posteriormente em revoltas protagonizadas por esses chefes, contrariando as determinações contidas nos “autos de vassalagem”. As “vitórias” das tropas enviadas pelos governadores portugueses nas batalhas travadas contra os poderes locais de Kisama garantiam permissões temporárias para o trânsito de mercadores na região, já que os contra-ataques das tropas comandadas pelos *sobas* garantiam a retomada da soberania kisama nos territórios.⁹⁹

96 Sobre Benguela, ver: Mariana Candido, *An African Slaving Port*; Mariana Candido, *Fronteras de esclavización. Esclavitud. Comercio e identidade em Benguela. 1780-1850*, Ciudad de Mexico: Colegio de Mexico, Centro de Estudos de Asia y África, 2011.

97 Candido, *An African Slaving Port*, pp. 66-67.

98 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 414.

99 Carvalho, *Sobas e Homens do Rei*, pp. 106-107, 113-114.

Cadornega e Corrêa descrevem esses episódios de enfrentamentos.¹⁰⁰ Entre os anos de 1593 e 1594, na saga pela conquista das idealizadas minas de prata que supostamente existiriam em Cambambe, o governador Jerônimo de Almeida ordenou o ataque a três *sobas* que teriam se escondido “no mato”, recusando a rendição e a submissão aos portugueses.¹⁰¹ Como resposta, os portugueses incendiaram a região obrigando quinze *sobas* de Kisama a se avassalarem. Apesar de algum sucesso português, a liderança de Kafuxi Kambare foi determinante para a retomada do controle da região pelos *sobas*. Corrêa associa a vitória de Kafuxi ao conhecimento da geografia local que lhes dava a vantagem de improvisar esconderijos e armadilhas.¹⁰²

A situação permaneceu instável, sem que os funcionários da Coroa alcançassem êxito. Vitórias pontuais eram sucedidas por contra-ataques. No período de governo de Bento Banha Cardoso (1611-1615), as tropas portuguesas empenharam-se em reprimir sucessivas rebeliões contra o *ngola*, contra o *soba* Chilonga (Quilonga) e outros *sobas* da Kisama. De acordo com os relatos de Corrêa, as tropas que defendiam os interesses dos portugueses degolaram e enforcaram seus adversários, incluindo o *soba* Chilonga.¹⁰³ O que se conclui desses frequentes embates é que a coroa portuguesa nunca conseguiu efetivamente avassalar os *sobas* de Kisama. Essa constatação gera um questionamento sobre o uso do termo “rebelde” para caracterizar as lideranças da região, já que a rebeldia carece de um vínculo de subordinação para ser estabelecida. Nesse sentido, teriam sido eles rebeldes ou independentes?

Durante a ocupação holandesa de Angola, alguns líderes de Kisama se aliaram aos holandeses e participaram do cerco a Muxima.¹⁰⁴ Muitas dessas lideranças locais identificaram vantagens em negociar e se unir

100 Corrêa, *História de Angola*, v. 1; Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*.

101 “Catálogo dos governadores do reino de Angola”, p. 352:

102 Corrêa, *História de Angola*, v. 1, p. 212.

103 Corrêa, *História de Angola*, v. 2, p. 223.

104 De acordo com Cadornega, o cerco holandês teve o apoio de todo o gentio da província de Quissama. Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, Tomo III, p. 11-12.

aos holandeses contra os lusitanos, firmando alianças que foram mantidas mesmo após a chamada “reconquista portuguesa de Angola”.¹⁰⁵ Em 1650, depois da expulsão dos holandeses, o governador Salvador Correia de Sá informou a Portugal que a situação de Angola estaria sob controle, visto que que tinha restabelecido relações amistosas com Kassanje, que Kisama estaria pacificada, o Ndongo mantinha-se leal e o comércio português no Loango estaria assegurado pelas autoridades locais.¹⁰⁶ Entretanto, é evidente que, ao menos para o caso de Kisama, essa afirmação não era verdadeira, visto que o próprio Correia de Sá ordenou simultaneamente uma expedição militar para para Kisama.¹⁰⁷

O alto custo das campanhas militares contra os *sobas* chamados “rebeldes” fez com que os portugueses reduzissem essas incursões. Durante o governo de Luís Mendes de Sousa Chichorro (1617-1621), a condução das negociações com a rainha Nzinga nos dá notícias sobre a insubmissão de Kisama, visto que o tratado de paz incluía a obrigação de Nzinga lutar ao lado dos portugueses contra os *sobas* de Kisama.¹⁰⁸

Enquanto as tropas portuguesas e seus aliados enfrentavam os kisamas, a situação no Congo se complicava, culminando com a batalha de Ambwila em 1665.¹⁰⁹ A vitória portuguesa redefiniu as estratégias de dominação na África Centro-Occidental. Os *sobas* de Kisama continuavam a ser um obstáculo à interiorização dos interesses da Coroa portuguesa.¹¹⁰ A resistência dos *sobas* de Kisama foi também mencionada pelo missionário Cavazzi que considerou

105 Charles Ralph Boxer, *Salvador Correia de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional/USP, 1973.

106 Birmingham, *Alianças e conflitos*, p. 127.

107 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, tomo II, pp. 53, 62.

108 Sobre Nzinga ver Pantoja, *Nzinga*; Marina de Mello e Sousa, *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação do rei do Congo*, Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002; Mariana Bracks Fonseca, *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola, século XVII*, Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015. Heywood, Linda. *Jinga de Angola. A rainha guerreira da África*, São Paulo: Todavia, 2019.

109 John K. Thornton, *The Kingdom of Kongo. Civil War and transition. 1641 – 1718*, Madison: University of Wisconsin Press, 1983.

110 Cadornega, *História Geral das Guerras Angolanas*, tomo III, pp. 57, 94.

impossível subjugar Kisama.¹¹¹ Corrêa menciona várias vezes a necessidade do envio de tropas para combater os *sobas* de Kisama, que ele descreve como “resolutos inimigos que as tropas portuguesas nunca puderam subjugar, e por isso sempre nutridos da ousadia de arrostar nossas armas com mais valor do que o resto dos seus compatriotas”.¹¹²

A vitória sobre Kisama era condição para os portugueses chegarem a Cambambe. No governo de João Furtado de Mendonça (1594-1602), as tropas portuguesas sofreram ataques de grupos de Kisama que conduziram uma rebelião em Massangano e uma batalha contra o *soba* de Muxima, deixando vulneráveis duas fortalezas lusitanas na região. Apesar de a maioria dos *sobas* de Kisama se opor aos portugueses, o *soba* de Muxima tornou-se leal à Coroa, chegando a concordar com a construção da fortaleza em seus domínios. A aliança formada com o *soba* de Muxima foi um elemento estratégico para as tentativas de domínio dos portugueses nos territórios ao sul do rio Kwanza.¹¹³

O avassalamento do *soba* de Muxima e de outros que permaneceram fiéis aos portugueses deve ser visto como parte das agências africanas e não como derrota militar. Um *soba* chamado Quizua, considerado rebelde pelos invasores, teria negociado sua paz em troca do controle sobre uma lagoa cuja pescaria arrematada por ele só voltou ao controle dos portugueses em 1746. *Sobas* como Quizua e Muene Quiaconga são exemplos de chefes que estabeleceram relações mais pacíficas com os portugueses.¹¹⁴

Um ponto que merece destaque é o comércio de armas de fogo e pólvora realizado na região de Loango, porto franco onde estrangeiros europeus de diferentes nacionalidades negociavam com os africanos.

111 apud Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 415: “E Cavazzi estava convencido de que seria impossível subjugar completamente os Kisama, razão pela qual os portugueses ‘permitiram’ que eles escolhessem seus próprios chefes e não intervieram em nenhum de seus assuntos”. [“And Cavazzi was convinced that it would be impossible ever to subdue the Kisama completely, for which reason the Portuguese ‘permitted’ them to choose their own chiefs and did not intervene in any of their affairs”.]

112 Corrêa, *História de Angola*, v. 1, pp. 255-256.

113 Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 410.

114 Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguesas na Africa occidental e oriental*, pp. 648, 816.

Oficialmente, os comerciantes portugueses estavam proibidos de fornecer armas e munição aos chefes africanos. Na prática, comerciantes portugueses participavam da compra e venda de armas e pólvora no Loango.¹¹⁵ Armas de fogo elevaram o potencial bélico das guerras e o número de prisioneiros, alimentando o comércio de escravos. A interpretação dessas fontes ressalta o temor por parte dos funcionários da Coroa portuguesa de que as armas chegassem nas mãos daqueles que chamavam de “gentio”, através do contrabando, assim como apresenta as medidas tomadas com a intenção de controlar a circulação de pólvora e armamentos nos sertões angolanos.¹¹⁶

As táticas de guerra de Kisama contribuíram para as derrotas portuguesas. As tropas se organizavam em três regimentos chamados mozengos: um no centro e dois abrindo em curva para os lados, se movimentavam rapidamente e se comunicavam por tambores, confundindo as tropas portuguesas.¹¹⁷ Sem reconhecer e sem comunicar por escrito a superioridade militar de seus oponentes, os portugueses atribuíam suas derrotas ao clima. Segundo a declaração inverossímil de Corrêa, acostumados à seca e ao calor, os guerreiros de Kisama podiam marchar por vários dias sem água.¹¹⁸

A localização geográfica de Kisama influenciou no crescimento do porto de Benguela, acesso mais seguro ao planalto e a Kisama. O trânsito terrestre entre Luanda e Kisama era livre apenas para os mercadores locais autorizados pelos *sobas* a atravessarem o território. As condições de trânsito valorizaram a região do Libolo, mas Kisama permaneceu fora das rotas que ligavam os sobados de Bihe (Bié) e Bailundo. A dificuldade de entrar em Kisama levou os funcionários da Coroa a designarem uma jurisdição militar, buscando, dessa forma, viabilizar a navegação no rio Kwanza.

115 Arquivo Histórico Nacional de Angola (ANA), Códice 3259 A-2-12, *Carta para o dito secretário sobre o comércio da pólvora e armas e compra destas para a Real Fazenda*, 26 maio 1759, fls. 12-15; ANA, Códice 3259 A-2-12, *Aviso do secretario d'Estado Francisco Xavier de Mendonça Furtado de 21 de novembro de 1761 proibindo a introdução das armas e pólvora para o Sertão, e algumas outras providências sobre o comércio destes dois gêneros*, 1761, fls. 23-27.

116 ANA, Códice 3259 A-2-12.

117 Silva, *A manilha ao libambo*, p. 472.

118 Corrêa, *História de Angola*. vol. 2, p. 256.

Apesar dessa tentativa, os comboios de escravos negociados no interior pelos pumbeiros portugueses eram transportados preferencialmente por terra, para minimizar o risco dos ataques dos *sobas* de Kisama.¹¹⁹

As manobras, táticas e estratégias utilizadas pelos kisamas foram eficientes para garantir a independência de seus sobados no período analisado no presente artigo. A resistência de longa duração desse grupo fez com que agentes da Coroa portuguesa envolvidos com as estratégias de conquistas precisassem redefinir seus planos e projetos. A dificuldade de transitar e negociar na região fez com que os kisamas se tornassem personagens de destaque nos relatos militares entre os séculos XVII a XIX, ratificando a sua autonomia.

Conclusão

Kisama representou uma alternativa de vida livre para fugitivos. O protagonismo desses personagens na organização política de Kisama é uma característica singular de sua história. Em Kisama, o poder estava concentrado nas mãos de recém-chegados, que elaboravam as regras e rejeitavam autoridade de lideranças que se colocavam contra os fugitivos.

Os castigos praticados contra os *sobas* de Kisama foram citados de forma recorrentes nas fontes, mas apesar das tentativas de dominação, esses *sobas* mantiveram sua autonomia. A necessidade constante do envio de tropas é um forte indicativo de que Kisama não esteve dominada pelos portugueses, com exceção de curtos intervalos de tempo que antecederam novas batalhas com a retomada do poder para as mãos dos grupos africanos. Os *sobas* de Kisama continuam a aparecer nas fontes portuguesas no século XIX como responsáveis por barrar o avanço das conquistas portuguesas. Em síntese, o território de Kisama, chamado província de Kisama pelos portugueses, que constitui hoje um município de Angola, se manteve

119 Estevam C. Thompson, “Fontes coloniais para uma História pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX”, *Africana Studia*, n. 25 (2015), p. 43. Candido, *An African Slaving Port*, pp. 151-152.

independente até o início do século XX. Essa região foi cenário de resistências de longa duração na defesa de sua autonomia e de seus interesses.¹²⁰

A documentação portuguesa utilizada na presente pesquisa considera Kisama como parte de suas conquistas. Em decorrência disso, os *sobas* insubmissos foram tratados como “rebeldes”, já que o comportamento esperado pelos agentes da Coroa seria a obediência. Ao afirmar a longa duração da autonomia dos *sobas* de Kisama, questionamos essa ideia de rebeldia, e defendemos a persistente soberania desses chefes como chave interpretativa. Nota-se que não existe “rebeldia” sem controle e reconhecimento de autoridade. Da mesma forma, essa reflexão redimensiona a geografia e a cartografia dos domínios lusitanos ao sul do Kwanza, indicando que muitas vezes esse poder português foi propagado como algo maior do que efetivamente foi. A pesquisa apresentada tem como proposta central contribuir para os debates em curso sobre o que de fato podemos chamar de áreas de conquista e áreas de ocupação colonial portuguesa na África Centro-Occidental entre os séculos XVII e XIX.

Recebido em 21 ago. 2024

Aceito em 1 mar. 2025

doi: 10.9771/aa.v0i71.63185

120 Beatrix Heintze, “Historical Notes on the Kisama of Angola”, p. 408.

Entre os séculos XVII a XIX os territórios de Kisama, ao sul do rio Kwanza em Angola, foram palco de muitas batalhas travadas entre representantes dos interesses da Coroa portuguesa e as chefias da região. As lideranças locais articularam estratégias defensivas que garantiram a autonomia dos territórios da Kisama até as últimas décadas do século XIX. Fontes dos séculos XVII, XVIII e XIX descrevem os *sobas* de Kisama como rebeldes e ferozes inimigos dos portugueses, responsáveis por impedir a comunicação terrestre entre Luanda e Benguela, e também por impedir o trânsito de mercadores lusitanos e luso-africanos na região. Alguns *sobas* de Kisama mantiveram sua independência até as primeiras décadas do século XX, quando caíram sob o domínio colonial. Kisama foi um obstáculo ao avanço português na África Centro-Occidental, devendo ser considerado uma das mais importantes áreas de resistência e insubordinação à dominação portuguesa. O objetivo deste artigo é, além de ratificar Kisama como território independente, problematizar limites e a extensão do que foi definido como “reino de Angola” ou “província de Angola” em fontes que ao descrever as áreas de controle da Coroa entre os séculos XVII e XVIII incluíram Kisama como parte de seus domínios.

Kisama | Angola | Sobas | Resistências | Conquistas Militares Portuguesas

THE KISAMA SOBADOS: ORIGINS, GEOGRAPHY AND RESISTANCE STRATEGIES (18TH CENTURY)

Between the 17th and 19th centuries, the Kisama territory, which lies south of the Kwanza River in present-day Angola, were the scene of many battles between forces representing the interests of the Portuguese crown and the region's leaders. Local leaders called sobas by the Portuguese articulated defensive strategies that guaranteed the autonomy of Kisama's territory until the final decades of the 19th century. Sources from the 17th and 18th centuries describe Kisama's sobas as rebels and fierce enemies of the Portuguese, responsible for impeding land communication between Luanda and Benguela and for preventing Portuguese and Portuguese-African merchants from passing through the region. Some sobas maintained their independence until the first decades of the 20th century, when they fell under colonial rule. Kisama was an obstacle to the Portuguese advance in West Central Africa and should be considered one of the most important areas of resistance and insubordination to Portuguese domination. This article demonstrates Kisama's territorial independence, also problematizing the demarcation between its geographic limits those of what was referred to as the “kingdom” or “province” of Angola in sources that described Kisama as one of the areas controlled by the Portuguese between the 17th and 18th centuries.

Kisama | Angola | Sobas | Resistance | Portuguese Military Expansion